

MEIO AMBIENTE

Desmate avança no Cerrado

Destruição do bioma aumentou 68%, no ano passado, em relação a 2022. Principal foco da devastação foi na região do Matopiba

» VITÓRIA TORRES*

O desmatamento no Cerrado aumentou 67,7% no ano passado, se comparado com 2022. A constatação é do *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*, divulgado ontem pelo MapBiomas. De acordo com o levantamento, a maior parte da área devastada ocorreu na região do Matopiba — composta pelos estados da Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão — e correspondeu a 47% da vegetação nativa perdida pelo país no período.

A devastação do Cerrado, em 2023, foi medida em 1.110.326 hectares, contra 662.186 hectares devastados em 2022. Isso levou o bioma a superar, pela primeira vez, a Amazônia no sistema do MapBiomas Alerta, que faz a coleta de dados desde 2019. O avanço da fronteira agrícola é a principal razão para o desmatamento.

“A região vem atraindo investimentos devido ao alto valor de mercado, como as commodities. Isso faz com que grandes áreas do Cerrado sejam convertidas para o uso agrícola”, aponta a mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Talita Martins.

Ela alerta que a vulnerabilidade do Cerrado se potencializa porque o bioma “não recebe o mesmo nível de proteção e atenção que a Amazônia, por ser mais famosa e ter todos os olhos voltados a ela”. Talita, porém, destaca que “o Cerrado tem uma riqueza biológica muito grande. Seus solos são mais adequados à agricultura, se comparados com

Amarildo de Castro/CB/D.A Press



Riqueza biológica do Cerrado faz com que tenha um solo mais adequado à agricultura, principal responsável pela destruição do bioma

33

municípios do Cerrado estão entre os 50 que mais desmataram no país

os da Amazônia, que são ácidos e pobres em nutrientes. Essa característica o torna mais vulnerável ao desmatamento por falta de reconhecimento adequado do valor que tem”.

Amazônia

Enquanto o Cerrado enfrenta uma escalada no desmatamento, a Amazônia registra

queda de 62,2% na devastação — 454,27 mil hectares derrubados em 2023 — se comparado a 2022. Outros biomas que apresentaram redução foram o Pampa, com 50%, e a Mata Atlântica, com 60%. No sentido contrário, o Pantanal teve um aumento de 59% na destruição e a Caatinga, 43%.

O relatório do MapBiomas aponta que, dos 50 municípios

que mais desmataram em 2023, 33 estão no Cerrado. No Maranhão as derrubadas avançaram velozmente e foram 331.225 hectares de vegetação nativa destruída. Tal crescimento coloca o estado à frente de outros líderes históricos da devastação, como Pará e Mato Grosso — que registraram quedas de 60,3% e 32,1%, respectivamente.

Por sua vez, o Tocantins botou

abaixo 230.253 hectares de Cerrado, tornando-se o terceiro maior desmatador em 2023, atrás da Bahia (290.606 hectares) e do Maranhão. Contrariando a tendência dos estados que compõem o Matopiba, o Piauí registrou diminuição na área desmatada em 2023.

Índigenas

Ente os maiores prejudicados pelas derrubadas no Cerrado estão as terras indígenas. A TI Porquinhos dos Canela-Apãjekra, no Maranhão, foi a mais afetada — com 2.750 hectares devastados em 2023. No total, 7.048 hectares de vegetação em terras indígenas no bioma foram postos abaixo no ano passado, o que representa o aumento de 188% em relação a 2022.

Outro aspecto destacado pelo relatório do MapBiomas é a mudança no tipo de vegetação desmatada. Em 2023, pela primeira vez, houve um predomínio em formações savânicas, com 54,8%, superando as formações florestais, com 38,5%, que haviam dominado nos quatro primeiros anos do levantamento.

Nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro. Apesar da queda de 11,6% no desmatamento em 2023 — 1.829.597 hectares perdidos em comparação com 2.069.695 hectares em 2022 —, houve um aumento de 8,7% no número de alertas de devastação de biomas se comparado com o ano anterior.

CB.PODER

PL do hidrogênio verde eleva patamar do país

» HENRIQUE FREGONASSE*

A tragédia do Rio Grande do Sul serviu para chamar a atenção não somente para extremos climáticos, mas também para a importância de se buscar a descarbonização — redução da emissão de gases estufa —, cuja principal alternativa é a utilização do hidrogênio verde (H2V). A advertência é de Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV). Em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a TV Brasília —, ela defendeu a necessidade da aprovação do Projeto de Lei 2.308/23, que cria um marco regulatório para o hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Segundo Fernanda, o PL dá a segurança jurídica necessária para investidores e dá uma

O que é H2V?

O hidrogênio verde é o resultado de energias renováveis, que não emitem gases estufa. É considerado uma das principais e mais eficientes alternativas para buscar a descarbonização. O H2V pode ser aplicado como combustível (em substituição dos combustíveis fósseis), na produção de fertilizantes, de espessantes e, até mesmo, no refino de petróleo. Apesar de já existirem projetos-piloto no Brasil, uma aplicação mais intensiva do hidrogênio verde ainda requer um marco regulatório.

vantagem competitiva ao Brasil. “Olhando o mapa do hidrogênio verde no mundo, os países incentivam que as indústrias se estabeleçam para fazer hidrogênio verde exatamente para isso: trazer para baixo o conteúdo de carbono

Ed Alves/CB/D.A Press



Olhando o mapa do hidrogênio verde no mundo, os países incentivam que as indústrias se estabeleçam para baixar o conteúdo de carbono dos seus processos produtivos*

Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde

dos seus processos produtivos, que é inexorável a uma economia do século 21, a uma nova ordem econômica mundial verde”, frisou.

Segundo a diretora-executiva da ABIHV, o fato de ter 90% da rede elétrica de origem

renovável, com grid interligado, e de dispor de uma grande quantidade de recursos naturais, isso dá uma vantagem competitiva ao Brasil. Esses são argumentos suficientemente fortes para a aprovação do marco regulatório — que ela creê ser

um consenso entre os vários setores do Congresso.

“Como toda indústria que começa, você precisa de incentivos para que tenham uma redução nos preços e sejam mais próximas do hidrogênio cinza, que é o do gás natural e o que

toda a indústria usa. Esses incentivos, necessários para os primeiros entrantes, foi o que gerou a maior discussão. Achava-se que isso oneraria a conta de luz, que isso ia ser pago pelo consumidor. Então, está um pouco mais apaziguada a discussão sobre esse projeto”, observou.

Para Fernanda, há uma grande expectativa de que sejam feitos investimentos significativos na indústria de hidrogênio verde no país. “Somos 30 empresas, todas com investimentos reais para trazer para o Brasil. A gente estima que sejam, até 2030, R\$ 80 bilhões”, estimou.

Fernanda, entretanto, ainda enxerga um desafio junto à sociedade: conscientizar o consumidor sobre a importância da “agenda verde” como a principal solução para os problemas ambientais, e não como um consumo supérfluo e “politicamente correto”, como muitas vezes é percebida.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

O DESASTRE GRITA DE NOVO NOS OUVIDOS DOS GOVERNANTES E A GENTE PERCEBE QUE NÃO É ESTADISTA QUEM NÃO APRENDE AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

Lições das águas

A tragédia do Rio Grande do Sul submerso em águas fez emergir no tempo um livro lançado em 2009: *A Enchente de 41*, da editora Libretos, com pesquisa e texto de Rafael Guimarães. Ganhou importância e atualidade porque, sem as emoções de hoje, o documentário permite que o leitor perceba os motivos da catástrofe de agora. Afinal, é para isso que serve a história — para que aprendamos com o passado e evitar a repetição de tragédias. Tudo muito parecido, com a diferença de que na primeira quinzena de

maio de 1941 choveu 619,4mm em Porto Alegre. Agora, em 27 dias de maio, choveu 513,6mm.

Por que, então, as águas do Guaíba estiveram mais altas agora? Em 1941, 4,75m acima do nível. Agora, 5,25m — meio metro acima, se o padrão de medição for igual. A resposta está em todo lugar em que as águas já recuaram: meio metro de lama. Muito mais de meio metro de lama, areia, detritos, sujeira e lixo foram depositados nos rios desde 1941.

O calado do Guaíba era de 6m até recentemente, mas, hoje, é de 4m. Aqui em Brasília, antes da

estação das chuvas, sempre limpo as calhas de minha casa para tirar as folhas. Se não limpar, vão transbordar. Assim as calhas dos rios que não foram limpas jogam água para fora. Ambientalistas conseguiram impedir as dragagens. As águas, em vez de escoarem pelos leitos dos rios, extravasaram e destruíram vidas e bens.

Paralelos

Semelhanças nos incêndios: em 1941, foi consumida pelo fogo a Fábrica Secco & Cia, na Júlio de Castilhos; domingo, foi o

prédio da Autoglass, no bairro Humaitá. O número de mortos por leptospirose foi cinco, numa Porto Alegre que tinha 272 mil habitantes; hoje, até agora, quatro já morreram pela doença.

O governo federal ficou meio distante, embora a mídia procurasse mostrar que não. Getúlio Vargas enviou um telegrama ao interventor Cordeiro de Farias dizendo “o governo federal está pronto a colaborar”, mas concluiu sem decisões: “Desejo que o prezado amigo continue a informar-me minuciosamente sobre as ocorrências. Cordiais saudações, Getúlio Vargas”. O *Diário de Notícias* traduziu isso com uma manchete ufanista: “Auxílio Total ao Rio Grande”.

No capítulo final, o livro relata as medidas de proteção a Porto Alegre. Diques de 68km e um espesso muro de concreto com 2.647m de extensão, 3m de altura e 3m no subsolo, tudo construído pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) entre 1971 e 1974, no governo Médici.

O livro, que é de 2009, mostra que a esquerda quis derrubar o muro, porque era do tempo dos militares. Os ambientalistas alegavam que o muro separa Porto Alegre do Guaíba. Com essa pressão, a Câmara de Vereadores aprovou, em 1997, lei para derrubar o muro, “ante o clamor do movimento ecológico”. Não foi derrubado, à espera de uma

alternativa de proteção contra as águas periódicas.

Em agosto de 1983, foi pela primeira vez testado. As águas subiam e tratou-se de fechar os oito portões/comportas de aço de acesso ao cais. Tudo emperado. Fecharam com tratores e guindastes, puxando os portões. Mas nada mudou, nem com o aviso da catástrofe de setembro último.

Hoje, o desastre grita de novo nos ouvidos dos governantes — inclusive dos ex-prefeitos fingidos de Pilatos, que assinaram uma nota crítica ao atual — e a gente percebe que não é estadista quem não aprende as lições da história. A lição de 1941 já tem 83 anos.